



Holding do Araguaia S.A.

CNPJ/ME nº 18.903.785/0001-78 - NIRE 35.300.457.099

Senhores Acionistas

A administração da Holding do Araguaia S.A. ("Companhia"), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício de 2021.

A Companhia é uma Holding do Araguaia S.A., foi constituída em 20 de agosto de 2013, tendo por objeto social, a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista. Sua controlada, a Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., é uma Sociedade de Propósito Específico, sediada na Avenida Juscelino Kubitschek, 500 - Jundiá, no município de Anápolis - GO, foi constituída em 22 de novembro de 2011 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 18.c das Demonstrações Financeiras da Companhia. A controlada possuía algumas obrigações a serem cumpridas antes do início da cobrança das praças de pedágio. Dentre elas destacavam-se: (i) obras a serem entregues nos primeiros 6 meses da concessão: 19 Bases de Serviços Operacionais e o início da operação com atendimento médico de emergência, socorro mecânico, combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio (obras concluídas e operação iniciada em 06 de abril de 2022); e (ii) obras com 12 meses da concessão: implantação de 9 praças de pedágio, 2 pontos de parada e descanso para caminhoneiros, além dos trabalhos incluídos que incluía diversas frentes para melhorar o trecho rodoviário e oferecer condições mínimas de segurança viária. Após realizadas as obras, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, realizou as vistorias de acordo com suas prerrogativas e editou o contrato de concessão e autorizou o início da cobrança de pedágio a partir de 03 de outubro de 2022. **Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas

Balanco Patrimonial Levantado em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)					
	Controladora		Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa...	5	8.052	11.679	165.404	403.630
Aplicações financeiras.....	6	396	813	8.163	28.383
Aplicações financeiras					
- conta reserva.....	7	-	-	23.310	-
Clientes.....	8	-	-	29.859	-
Partes relacionadas.....	16	26	-	201	73
Tributos a recuperar.....		212	103	12.459	2.686
Despesas antecipadas.....		43	-	1.836	1.361
Dividendos a receber.....		4.434	182	-	-
Outros créditos.....	9.a)	-	-	23.01	3.605
Total ativo circulante.....		13.163	12.777	264.246	439.738
Não Circulante					
Aplicações financeiras					
- conta reserva.....	7	-	-	23.394	-
Outros créditos.....		-	-	592	-
Outros créditos					
- conta reserva ANTT.....	9.b)	-	-	1.123.688	1.072.617
Investimentos.....		2.126.486	1.976.926	-	-
Em controladas.....	10	-	-	75.018	2.086
Imobilizado.....	11	-	-	2.544.262	1.578.231
Intangível.....	12	-	-	3.766.954	2.652.934
Total ativo não circulante.....		2.126.486	1.976.926	3.766.954	2.652.934
Total do Ativo.....		2.139.649	1.989.703	4.031.200	3.092.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado (Em milhares de reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas				
Com arrecadação de pedágio.....	-	-	116.719	-
Com construção.....	-	-	773.657	19.493
	-	-	890.376	19.493
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custo dos serviços prestados.....	-	-	(820.502)	(24.079)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.....	(947)	(843)	(16.571)	(5.005)
Outros.....	-	-	(7)	-
Valor Adicionado Bruto.....	(947)	(843)	53.296	(9.591)
Depreciação e Amortização.....	-	-	(22.421)	(116)
Amortização de investimentos.....	(124)	-	-	-
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia.....	(1.071)	(843)	30.875	(9.707)
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Receitas financeiras.....	1.283	591	48.380	14.077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Prejuízo líquido do exercício.....	(33.247)	(13.658)	(33.247)	(13.658)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais.....				
Depreciação e amortização.....	-	-	22.421	116
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível.....	-	-	1.023	-
Capitalização de juros.....	(135.447)	(53.790)	(143.332)	(53.790)
Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures e passivo de arrendamento.....	186.522	67.866	213.498	67.866
Atualização da provisão para construção.....	-	-	619	-
Obrigações com o Poder Concedente.....	-	-	11.190	2.536
Tributos diferidos.....	-	-	2.689	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social.....	-	-	7.228	411
Receita sobre títulos e valores mobiliários.....	-	-	(604)	-
Resultado Equivalência Patrimonial.....	(18.671)	(769)	-	-
Amortização de ágio em investimentos.....	124	-	-	-
Variação nos ativos operacionais:				
Clientes.....	-	-	(29.859)	-
Partes relacionadas - clientes.....	(26)	-	(128)	(73)
Tributos a recuperar.....	(109)	(103)	(9.773)	(2.686)
Despesas antecipadas.....	(43)	-	(1.067)	(1.361)
Outros créditos.....	-	-	(19.409)	(3.605)
Variação nos passivos operacionais:				
Fornecedores.....	(361)	365	11.920	8.981
Obrigações sociais e trabalhistas.....	(10)	10	1.384	1.565
Partes relacionadas - fornecedores.....	4	35.372	35.372	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher.....	(27)	37	4.984	963
Pagamentos de provisão para construção de obras.....	-	-	(517)	-
Outras contas a pagar.....	-	-	18.442	681
Pagamento de Obrigações com o Poder Concedente.....	-	-	(11.110)	(1.622)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores em milhares de reais)

1. Informações Gerais

A Holding do Araguaia S.A. ("Companhia"), foi constituída em 20 de agosto de 2013 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, ser titular de ações e outros valores mobiliários de exclusiva emissão da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510, Conjuntos 31/32, Vila Olímpia, no município de São Paulo - SP. As ações da Companhia são de titularidade da Ecovias do Araguaia S.A. e, sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. As demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 abrangem a Companhia e sua controlada. Sua controlada, a Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., é uma Sociedade de Propósito Específico, sediada Avenida Juscelino Kubitschek, 500 - Jundiá, no município de Anápolis - GO, foi constituída em 22 de novembro de 2011 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 18.c. A controlada possuía algumas obrigações a serem cumpridas antes do início da cobrança das praças de pedágio, prevista para o início em outubro de 2022. Dentre elas destacavam-se: (i) obras a serem entregues nos primeiros 6 meses da concessão: 19 Bases de Serviços Operacionais e o início da operação com atendimento médico de emergência, socorro mecânico, combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio (obras concluídas e operação iniciada em 06 de abril de 2022); e (ii) obras com 12 meses da concessão: implantação de 9 praças de pedágio, 2 pontos de parada e descanso para caminhoneiros, além dos trabalhos incluídos que incluía diversas frentes para melhorar o trecho rodoviário e oferecer condições mínimas de segurança viária. Após realizadas as obras, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, realizou as vistorias de acordo com suas prerrogativas e editou o contrato de concessão e autorizou o início da cobrança de pedágio a partir de 03 de outubro de 2022. Em 15 de março de 2023, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. **a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Desde o início da pandemia, em março de 2020, o Grupo EcoRodovias vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. A extensão dos impactos da COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais novas restrições impostas pelos governos estaduais e federal e com o Grupo atua. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia entende que não há outros impactos relevantes a serem comentados, uma vez que o tráfego de veículos leves e pesados, principal indicador impactado pela COVID-19, já apresentou recuperação a níveis pré-pandemia. **b) Conflito entre Rússia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições à exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia. **c) Visão ESG - Ambiental, Social e Governança (ESG - Environmental, Social and Governance):** A estratégia do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, para a abordagem das mudanças climáticas segue duas vertentes. A primeira, focada na mitigação das emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE), estabelece diretrizes para a redução das emissões decorrentes das suas atividades de concessão rodoviária e portuária. Ao longo de 2022, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização, considerando uma perspectiva de longo prazo (2030). Acionalmente, o Grupo EcoRodovias possui uma prática e aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) queeventualmente puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. A segunda vertente versa sobre os impactos decorrentes das mudanças climáticas - adaptação. O Grupo EcoRodovias estabeleceu estudos neste sentido, com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos. Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda de receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos), custos diretos para saneamento do evento, seguros, jurídicos e de multas. Os resultados dos trabalhos foram incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura.

internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras. **Resultados Operacionais:** O volume de tráfego consolidado em veículos equivalentes pagantes totalizou 11.282 mil em 2022, sendo 2.293 mil veículos leves e 8.989 mil veículos pesados. A Controladora Ecovias do Araguaia iniciou a cobrança de pedágio nas nove praças das rodovias BR-153/414/080/TO/GO em 03 de outubro de 2022. A tarifa média consolidada por veículo equivalente pagante foi de R\$10,35 em 2022. **Resultados Econômicos e Financeiros: Receita Bruta:** A receita bruta consolidada totalizou R\$890,4 milhões em 2022. As deduções sobre a receita bruta consolidada somaram R\$8,7 milhões. **Receita de Pedágio:** R\$116,7 milhões em 2022, devido ao início da cobrança de pedágio da controlada Ecovias do Araguaia nas nove praças das rodovias BR-153/414/080/TO/GO em 03 de outubro de 2022. **Receita de Construção:** R\$73,7 milhões em 2022, devido ao cronograma de obras no período da controlada Ecovias do Araguaia. Para maiores informações sobre a receita, vide Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **Custos Operacionais e Despesas Administrativas:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$878,3 milhões em 2022. Desconsiderando o custo de construção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$82,2 milhões. **Pessoal:** R\$16,4 milhões em 2022, aumento de R\$13,9 milhões, devido às despesas com salários, benefícios e encargos incorridos pelo início das atividades operacionais. **Conservação e manutenção:** R\$2,8 milhões em 2022, devido, principalmente, às despesas com limpeza manual e material de sinalização. **Serviços de terceiros:** R\$40,4 milhões em 2022, aumento de R\$34,8 milhões devido, principalmente, ao incremento dos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., serviços de ambulâncias, resgates e vigilância. **Seguros, Poder Concedente e Locações:** R\$15,5 milhões em 2022, aumento de R\$12,0 milhões em função, principalmente, da taxa de fiscalização e locação de veículos leves. **Outros:** R\$7,1 milhões em 2022, aumento de R\$6,4 milhões, principalmente, pelos gastos com combustíveis de veículos leves e pesados, água e luz. **Depreciação e amortização:** R\$22,4 milhões em 2022, aumento de R\$22,3 milhões, devido ao início da amortização dos bens da concessão, em função do início da arrecadação na controlada Ecovias do Araguaia; e **Custo de construção:** R\$77,3 milhões em 2022, aumento R\$754,2 milhões, devido ao maior volume de obras no período da controlada Ecovias do Araguaia. Para mais informações sobre os custos operacionais e despesas administrativas, vide Nota Explicativa nº 21 da Demonstração Financeira da Companhia. **EBITDA e Margem EBITDA:** Em 2022, o EBITDA totalizou R\$24,8 milhões. O EBITDA Ajustado (excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção) totalizou R\$24,8 milhões e a margem EBITDA Ajustada foi de 23,2%. **Resultado Financeiro:** O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$25,7 milhões, aumento de

Relatório da Administração 2022					
	Controladora		Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Fornecedores.....	4	365	20.901	8.981	
Debêntures.....	15	16.836	12.622	37.675	12.622
Passivo de arrendamento.....	14	-	-	9.698	-
Obrigações sociais.....	-	-	10	2.949	1.565
Imposto e Contribuições a recolher.....	-	-	-	-	-
Partes Relacionadas.....	16	4	-	41.042	5.670
Obrigações com Poder Concedente.....	18	-	-	8.765	914
Provisão para imposto de renda e contribuição social.....	13.c)	-	-	6.982	-
Provisão para construção.....	17	-	-	614	876
Outras contas a pagar.....	-	-	-	4.940	-
Total passivo circulante.....	-	-	16.854	13.034	139.484
Não Circulante					
Debêntures.....	15	1.508.554	1.377.448	2.096.716	1.377.448
Passivo de arrendamento.....	14	-	-	31.932	-
Tributos diferidos.....	13.a)	-	-	2.689	-
Obrigações com Poder Concedente.....	18	-	-	1.115.917	1.072.617
Provisão para construção.....	17	-	-	16.038	11.114
Outras contas a pagar.....	-	-	-	14.183	681
Total passivo não circulante.....	-	-	1.508.554	1.377.448	3.277.475
Patrimônio Líquido					
Capital social.....	19.a)	661.150	612.883	661.150	612.883
Prejuízo líquido do exercício.....	-	(46.909)	(13.658)	(46.909)	(13.658)
Total do patrimônio líquido.....	-	614.241	599.221	614.241	599.221
Total do Passivo e Patrimônio Líquido.....		2.139.649	1.989.703	4.031.200	3.092.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado (Em milhares de reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Equivalência Patrimonial.....	18.671	769	-	-
Valor Adicionado Total a Distribuir.....	18.883	517	79.255	4.370
Distribuição do Valor Adicionado.....	18.883	517	79.255	4.370
Pessoal.....	35	58	16.398	2.595
Remuneração direta.....	35	58	13.671	2.266
Benefícios.....	-	-	2.037	216
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.....	-	-	690	113
Impostos, taxas e contribuições.....	-	-	19.597	411
Federais.....	-	-	14.178	411
Municipais.....	-	-	5.419	-
Remuneração de capitais de terceiros.....	52.095	14.117	76.507	15.022
Juros.....	(35.786)	(14.668)	(21.516)	(14.668)
Aluguéis.....	87.881	28.785	95.641	29.441
Outros serviços financeiros.....	(33.247)	(13.658)	(33.247)	(13.658)
Remuneração de capitais próprios.....	(33.247)	(13.658)	(33.247)	(13.658)
Prejuízo do exercício.....	(33.247)	(13.658)	(33.247)	(13.658)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	-	-	(246)	(411)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais.....	(1.291)	(43)	81.478	11.582
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento.....				
Aquisição de imobilizado.....	-	-	(81.265)	(2.199)
Aquisição de intangível.....	-	-	(785.482)	(439.837)
Aplicações Financeiras - conta reserva.....	417	(813)	20.220	(28.383)
Dividendos e Juros sobre capital próprio recebidos.....	182	-	-	-
Investimento em Controladas.....	-	-	-	-
Aportes de capital.....	-	(1.922.548)	-	-
Conta reserva- ANTT - Ecovias do Araguaia.....	-	-	-	(1.072.617)
Caixa controlada Ecovias do Araguaia.....	-	-	-	-
recebido por aporte de capital.....	-	-	-	-
Caixa líquido gerado/aplicado pelas (nas) atividades de investimento.....	599	(1.923.361)	(892.627)	(1.543.035)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento.....				
Pagamento de empréstimos e passivo de arrendamento.....	-	(1.400.000)	(6.167)	(1.400.000)
Juros pagos sobre empréstimos, debêntures e passivo de arrendamento.....	(50.404)	(21.123)	(51.282)	(21.123)
Captação de empréstimos e debêntures.....	(798)	2.743.327	582.105	2.743.327
Aumento de capital.....	48.267	612.879	48.267	612.879
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento.....	(2.935)	1.935.083	572.923	1.935.083
Aumento (Redução) Líquido do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(3.627)	11.679	(238.226)	403.630
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	11.679	-	403.630	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício.....	8.052	11.679	165.404	403.630
Aumento (Redução) Líquido(a) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(3.627)	11.679	(238.226)	403.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
2.1 Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro

Continuação

internacionais de contabilidade em 2022. Embora o IASB tenha feito algumas alterações nas normas que se aplicam a partir de 1º de janeiro de 2022, elas são em grande parte esclarecimentos. Dessa forma, nenhuma das referidas alterações exigiu alteração nas políticas contábeis da Companhia, tampouco gerou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações. **I) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenants somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entrem em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **J) Prejuízo básico e diluído por ação:** Prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. **K) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. **L) Demonstração do valor adicionado (DVA):** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

4. Principais Usos de Estimativas e Julgamentos

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes; • Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujo benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • Impairment: A Administração revisa anualmente o projeto de tráfego das rodovias e rodovias e avalia se há mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Contabilização dos Contratos de Concessão: Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de construção como ativo intangível ou avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do reconhecimento do reconhecimento de ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. A divulgação para o Contrato de Concessão da controlada da Companhia e suas características estão descritas na Nota Explicativa nº 18.c). Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefícios econômicos futuros e receita adicional para os serviços, por exemplo, a obra de construção da Companhia não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos Contratos de Concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e rodovias. Os benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão, a Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que os gastos podem ser classificados em: a) obras de construção de infraestrutura de construção, que são reconhecidas como ativos intangíveis; b) obras de construção de infraestrutura de construção, que são reconhecidas como ativos intangíveis; e c) obras de construção de infraestrutura de construção, que são reconhecidas como ativos intangíveis. Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que não são os serviços de construção. A Administração da Companhia reconhece nas contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. Capitalização dos custos de debêntures: Conforme descrito na Nota Explicativa 3.e, a Companhia capitaliza os custos de debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada período. Determinação do ajuste ao valor presente de trabalhos e passivos: A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2022, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujo benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. A mensuração dos custos presentes dessas provisões é calculada pelo método de projeção de fluxo de caixa descontado das datas em que se estima saída de recursos, por fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto de 6,2% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês) calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

5. Caixa e Equivalentes De Caixa: Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de convertibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos.....	-	-	6.073	3
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimentos (a)	7.708	11.549	158.772	403.262
Aplicações automáticas (b)	344	130	559	365
	8.052	11.679	165.404	403.630

(a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica, cujo índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser investido a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não foi registrado em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 100,0% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,4% em 31 de dezembro de 2022 (103,1% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui - aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

6. Aplicações Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Recursos não vinculados	396	813	5.163	28.383
	396	813	8.163	28.383

Em 31 de dezembro 2022, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa de 103,4% do CDI, vinculado ao fundo de investimento, remunerado à taxa média ponderada de 103,4% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui Liquidez Diária. Em 31 de dezembro de 2021, os recursos referiam-se às aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerados à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possuía carência até 13 de junho de 2022.

7. Aplicações Financeiras - Conta Reserva - Consolidado: As aplicações financeiras - conta reserva, são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de investimento	46.704	-	46.704	-
Circulante	46.704	-	46.704	-
Não circulante	-	-	23.310	-
	-	-	23.394	-

O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 98,5% do CDI em 31 de dezembro de 2022 e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possam ter liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva, por estarem vinculadas aos contratos de Debêntures como garantia de parte do pagamento de juros e principal da controlada direta Ecovias do Araguaia S.A.

8. Clientes - Consolidado

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

	31/12/2022	31/12/2021
Pedágio eletrônico (a)	29.683	-
Outras contas a receber	176	-
	29.859	-

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	29.859	-
	29.859	-

9. Outros Créditos - Consolidado

a) Ativo Circulante: Os principais valores alocados na rubrica "Outros créditos" no ativo circulante referem-se a: (i) R\$1.021 reclassificados de materiais de insumos; e (ii) R\$14.050 custos antecipados de empréstimos, que serão reclassificados para "Empréstimos e financiamentos", quando da emissão das dívidas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco da Amazônia S.A. - BASA.

b) Conta Reserva

	31/12/2022	31/12/2021
Recurso vinculado	1.123.688	1.072.617
	1.123.688	1.072.617

Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controlada Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela UNTI, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, sendo sua contrapartida na rubrica "Obrigações com Poder Concedente", cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do contrato.

10. Investimentos

	Controladas diretas		Valores das investidas 31/12/2022		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.	1.937.373	-	18.671	100%	100%	-	2.126.486	1.976.926	18.671	769
	-	-	-	-	-	-	2.126.486	1.976.926	18.671	769

	31/12/2021	Dividendos Propostos	Encargos Capitalizados (a)	Amortização dos Encargos Capit.	Equivalência patrimonial	31/12/2022
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.	1.976.926	(4.434)	135.447	(124)	18.671	2.126.486
	1.976.926	(4.434)	135.447	(124)	18.671	2.126.486

	31/12/2020	Aporte de Capital	Aumento de Capital	Dividendos propostos	Encargos Capitalizados	Equivalência patrimonial	31/12/2021
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.	-	1.922.548	1	(182)	53.790	769	1.976.926
	-	1.922.548	1	(182)	53.790	769	1.976.926

a) Para que as demonstrações financeiras consolidadas reflitam de fato as demonstrações de uma entidade econômica única, de acordo com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, os encargos financeiros da 1ª emissão das Notas Promissórias emitidas pela Controladora em agosto de 2021, e da 1ª emissão de Debêntures também emitidas pela Controladora em outubro de 2021, com o objetivo específico da construção da Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga da Controlada no âmbito do Contrato de Concessão com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, são apresentados como capitalizados, da mesma maneira que são tratados os encargos financeiros do projeto obtidos na própria controlada. Para que o patrimônio líquido dos balanços patrimoniais da Companhia, consolidado e individual, seja igual, os ajustes das demonstrações consolidadas foram transpostos para as demonstrações individuais da Companhia na rubrica de investimentos. A amortização dos encargos financeiros capitalizados segue todos os critérios de depreciação do ativo intangível da controlada, após o início das operações nas praças de pedágio, iniciado em outubro de 2022.

A seguir a Companhia apresenta a conciliação do investimento:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido	1.937.373	1.923.136
Juros Capitalizados	189.237	53.790
Amortização Juros Capitalizados	(124)	(124)
	2.126.486	1.976.926

(*) Para efeitos de consolidação, os valores de Juros Capitalizados são reclassificados para a rubrica "Intangível".

11. Imobilizado - Consolidado

Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Hardwares	Equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	22,8	5,3	7,8	-

	Custo		
Saldo em 31/12/2021	2.140	-	59
Adições	70.433	4.274	6.558
Baixas	(112)	-	(605)
Transfêrência	-	1.082	212
Saldo em 31/12/2022	72.461	5.356	6.214

	Depreciação		
Saldo em 31/12/2021	(111)	-	(2)
Adições	(8.500)	(170)	(230)
Saldo em 31/12/2022	(8.611)	(170)	(232)

	Residual		
Saldo em 31/12/2022	63.850	5.186	5.982
Saldo em 31/12/2021	2.029	57	77

	Hardwares	Móveis e utensílios	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	10,4	6,8	-

	Custo		
Saldo em 31/12/2020	-	-	-
Adições	2.140	59	2.199
Saldo em 31/12/2021	2.140	59	2.199

	Depreciação		
Saldo em 31/12/2020	-	-	-
Adições	(111)	(2)	(113)
Saldo em 31/12/2021	(111)	(2)	(113)

	Residual		
Saldo em 31/12/2021	2.029	57	2.086
Saldo em 31/12/2020	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não havia bens do ativo imobilizado vinculadas como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

12. Intangível - Consolidado

Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Os juros capitalizados que tem o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

	Contrato de concessão (I)	Intangível em andamento (II)	Software de terceiros	Direito de uso - CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(iii)	-	22,2	-	-

	Custo		
Saldo em 31/12/2021	1.469.665	108.385	184
Adições	118.066	811.172	4.136
Baixas	(306)	-	-
Transfêrência	141.739	(143.023)	-
Saldo em 31/12/2022	1.729.164	776.534	4.320

	Amortização		
Saldo em 31/12/2021	-	(3)	-
Adições	(6.558)	(499)	(6.464)
Saldo em 31/12/2022	(6.558)	(502)	(6.464)

	Residual		
Em 31/12/2022	1.722.606	776.534	3.818
Em 31/12/2021	1.469.665	108.385	181

	Contrato de concessão (I)	Intangível em andamento (II)	Software de terceiros	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	3,3	-

	Custo		
Saldo em 31/12/2020	-	-	-
Adições	1.469.665	108.385	184
Saldo em 31/12/2021	1.469.665	108.385	184

	Amortização		
Saldo em 31/12/2020	-	-	-
Adições	-	-	(3)
Saldo em 31/12/2021	-	-	(3)

	Residual		
Em 31/12/2021	1.469.665	108.385	181
Em 31/12/2020	-	-	-

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e (ii) itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária. Em 30 de setembro de 2022, as principais atividades rubrica referem-se a: implantações de infraestrutura para início da operação. (ii) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2022 foram de 0,40% a.a. (i) As principais atividades na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2022 referem-se a: trabalhos iniciais para operação na rodovia (projeto funcional, implantação de bases

15. Debêntures

	Descrição	Vencimento	Taxa média de juros
Holding do Araguaia	1ª Emissão	10/2036	IPCA + 6,6647%
Ecovias do Araguaia	1ª Emissão	07/2051	IPCA + 6,66%

Circulante

Não circulante

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

Controladora						
31/12/2022			31/12/2021			
Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total	

Continuação

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Controladora	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado Despesas
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.(a)Controladora					4	4
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.(b)	Controlada	26	-	-	-	26
Total em 31 de dezembro de 2022		26	-	4	-	30
Total em 31 de dezembro de 2021		26	-	3	-	27

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado Despesas
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Custo	
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.(a)	Controladora	-	8.193	2.238	5.255	10.240
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.(b)	Controladora	-	-	24	-	-
Itinera Construções Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	216.656	-	-	-
ICCR 153 S.A (d)	Outras partes relacionadas	-	-	38.780	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.(e)	Controladora	201	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2022.....		201	224.849	41.042	5.255	10.240
Total em 31 de dezembro de 2021.....		73	1.898	5.670	-	-

a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é controladora da Companhia, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para a Companhia e sua controlada. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$23.688, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto de R\$2.238 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. b) O saldo refere-se a reembolso de despesa. c) A Itinera Construções Ltda., prestou serviço de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO-GO. O prepo global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes era de R\$3.786.883. O prazo para execução desses trabalhos foi em 15 de janeiro de 2057. Em 31 de dezembro de 2022, não há saldo em aberto a pagar. Em 01 de dezembro de 2022, o referido contrato foi cedido para a ICCR 153 S.A. d) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores. e) A ICCR 153 S.A, cessionária do contrato à Itinera Construções S.A., prestará serviços de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO-GO . O prepo global firmado é de R\$3.786.883 e o prazo final para execução destes serviços é 28 de julho de 2024. O saldo em aberto de R\$38.780 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. Remuneração dos administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, previdência privada e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2022 em R\$368 e para sua controlada de R\$2.163 (R\$58 e R\$668, respectivamente, para o exercício de 2021). A remuneração provisionada aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2022
Remuneração (fixa/variável).....	-	-	1.528	444
Remun. com base em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock).....	-	-	-	(7)
Seguro de vida	-	-	4	2
Assistência saúde	-	-	92	52
Previdência privada	-	-	41	23
FGTS	-	-	74	35
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (Phantom Stock Option - FSO - a Phantom Restricted Stock - FRS)).....	-	-	267	119
Diretores Estatutários	-	-	2.006	668
Conselho de Administração.....	345	58	345	58
Remuneração Global.....	345	58	2.351	726

17. Provisão para Construção - Consolidado

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela controlada. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de xx% ao ano, que corresponde Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC Companhia (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês) da concessionária. Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCP-05 dos Itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que as controladas indiretas devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	Adição (Intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	30/12/2022
Constituição da provisão para obras futuras	13.394	-	-	-	13.394
Efeito do valor presente sobre a constituição.....	(1.404)	-	-	-	(1.404)
Realização da construção	-	-	(517)	-	(517)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 22).....	-	-	-	619	619
Atualização Monetária.....	-	4.560	-	-	4.560
	11.990	4.560	(517)	619	16.652
Circulante	876	-	-	-	614
Não circulante.....	11.114	-	-	-	16.038

	31/12/2020	Adição (Intangível)	31/12/2021
Constituição da provisão para obras futuras	-	13.394	13.394
Efeito do valor presente sobre constituição.....	-	(1.404)	(1.404)
	-	11.990	11.990
Circulante	-	-	876
Não circulante.....	-	-	11.114

18. Obrigações com Poder Concedente - Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de fiscalização - Araguaia (a)	994	914
Outras - Araguaia (b).....	1.123.688	1.072.617
	1.124.682	1.073.531
Circulante	8.765	914
Não circulante.....	1.115.917	1.072.617

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício.....	1.073.531	-
Adição Principal	-	1.430.120
Custo (vide Nota Explicativa nº 21)	11.190	2.536
Rendimento de aplicação conta ajuste.....	37.628	-
Retenção sobre a tarifa - ANTT	13.44	-
Pagamento do principal.....	(11.110)	(359.125)
Saldo no fim do exercício	1.124.682	1.073.531

a) Taxa de fiscalização: Taxa de fiscalização da controlada Ecovias do Araguaia: O valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$9.732 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2022, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$994 (R\$914 em 31 de dezembro de 2021). b) Conta reserva: Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO-GO, a controlada Concessionária Ecovias do Araguaia, constitui Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da controlada. Em 26 de agosto de 2022, a controlada Ecovias do Araguaia, em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - "ANTT", assinou com o Banco Bradesco S.A., contrato de prestação de serviços de depositário, no qual foram definidos os termos para as alocações das "Contas Vinculadas", de acordo com o Contrato de Concessão. A conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. Adicionalmente, conforme cláusula 11 do contrato de concessão são realizadas as retenções sobre a receita bruta auferida, para utilização em eventuais futuros reequilíbrios contratuais, dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão, e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão. c) Informações sobre o Contrato de Concessão da controlada direta Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.: Contratante: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Data da assinatura: 29 de setembro de 2021 (início do prazo da concessão em 08 de outubro de 2021, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens). Valor da outorga: R\$1.430.120 sendo (i) R\$357.503, pagos em 1 parcela à vista antecipadamente à assinatura do contrato; e (ii) R\$1.072.617, valor alocado na Conta Aporte, que possui a função de garantir a sustentabilidade econômico-financeira da Concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados). Objeto da Concessão: Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO-GO, composto pelos trechos da (i) BR-153/TO/GO, de 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança dos Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); (ii) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080/GO-230(A)/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-222/330 (Anápolis); (iii) BR-080/GO, de 87 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153(A)/GO-342(B), mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. Índice de reajuste: IPC-A. Data de reajuste: 03 de outubro de cada ano. Prazo de vigência: 08 de outubro de 2056. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, somente diante de situações extraordinárias, a critério exclusivo do Poder Concedente, por no máximo 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de caso fortuito, força maior, fato da administração ou fato do príncipe. Nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição de contrato em vigor e não haja tempo hábil para que o vencedor do

certame assuma o objeto do Contrato, o prazo de vigência poderá ser estendido nos termos da legislação, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. Recursos vinculados: Conforme cláusula 11 do Contrato de Concessão, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora e da Conta de Aporte para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial; (ii) compensações decorrentes do acionamento ao Mecanismo de Mitigação; (iii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente; (iv) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (v) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão. Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a (i) 3% (três por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e (ii) 7% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula 30 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Concessionária. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à controlada direta, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a receita e o custo de construção totalizaram R\$773.657, não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão. A controlada direta tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A controlada estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2022, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão até o fim da concessão	
	31/12/2022	31/12/2021
Natureza dos custos		
Melhorias na infraestrutura.....	3.644.806	3.684.154
Conservação especial (manutenção)	3.525.280	3.751.421
Equipamentos.....	585.711	676.351
Total.....	7.755.797	8.111.926

A controlada direta tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2022, as principais apólices e coberturas são como segue:

Natureza	Início Vigência	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Operações	13/08/2022	31/12/2023	Fator	442.365
				442.365

19. Patrimônio Líquido:

a) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia é de R\$661.150 e em 31 de dezembro de 2021 era de R\$612.883, representados por 661.150.152 e 612.883.152 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 14 de outubro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 48.267, mediante a emissão de 48.267.000(quarenta e oito milhões, duzentas e sessenta e sete mil) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, integradas nesta data, à vista e em moeda corrente nacional. A composição do capital social da Companhia é da seguinte forma:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	429.748	65,00%	398.374	65,00%
GLP x Participações S.A.	231.402	35,00%	214.509	35,00%
Total ações ordinárias	661.150	100,00%	612.883	100,00%

b) Dividendos: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram distribuídos valores a título de dividendos e juros sobre o capital próprio, em virtude de prejuízos acumulados.

20. Receita Líquida - Consolidado:

Política contábil: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	24.461	-
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	68.795	-
Vale-pedágio	21.351	-
Outras	2.112	-
	116.719	-
Receita de construção (b)	773.657	19.493
Receita bruta	890.376	19.493
Receita bruta	890.376	19.493
Deduções de receita bruta	(9.687)	-
Receita líquida	880.689	19.493
	31/12/2022	31/12/2021

Base de cálculo de impostos	
Receitas com arrecadação de pedágio	116.719
	116.719

	31/12/2022	31/12/2021
Deduções		
Cofins (3%).....	(3.502)	-
PIS (0,65%).....	(759)	-
ISS (2% a 5%).....	(5.419)	-
Abatimentos.....	(7)	-
	(9.687)	-

a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos.

21. Custo e Despesas Operacionais - Por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	35	58	16.398	2.595
Conservação e manutenção e outros.....	-	-	2.802	17
Serviços de terceiros (i).....	917	729	40.410	5.527
Seguros	-	-	1.924	697
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 18)	-	-	11.190	2.536
Custo de construção de obras.....	-	-	773	19.493
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 11 e nº 12)	-	-	22.421	116
Locação de imóveis e máquinas	-	-	2.382	244
Outros custos e despesas operacionais.....	30	114	7.090	814
	982	901	878.274	32.039

Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	855	24.867
Despesas gerais e administrativas	<u>982</u>	<u>901</u>	<u>22.719</u>	<u>7.172</u>
	<u>982</u>	<u>901</u>	<u>878.274</u>	<u>32.039</u>

(i) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

22. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	1.276	590	48.095	14.076
Outras receitas financeiras	7	1	285	1
	1.283	591	48.380	14.077

Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(99.662)	(16.173)	(120.938)	(16.173)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(22.949)	-	(22.949)
Varição monetária sobre debêntures	(83.245)	(27.586)	(86.495)	(27.586)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(3.615)	(1.158)	(5.187)	(1.158)
Ajuste a valor presente sobre provisão de construção	-	-	(619)	-
Juros Capitalizados	135.448	53.790	143.332	53.790
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(1.019)	(27)	(392)	(655)
Juros arrendamentos a pagar - CPC06 (R2)	-	-	(878)	-
Outras despesas financeiras	(2)	(14)	(2.94)	(47)
	(52.095)	(14.117)	(74.12)	(14.778)
	(50.812)	(13.526)	(25.74)	(701)

Resultado financeiro, líquido

23. Prejuízo por Ação: a) Prejuízo básico: O prejuízo básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do prejuízo básico por ação são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do prejuízo básico por ação	(33.248)	(13.658)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico por ação	623.198	221.097
Prejuízo básico por ação das operações continuadas	(0,05)	(0,06)

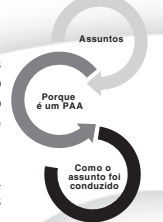
b) Prejuízo diluído por ação: A Companhia não possui dívida conversível em ações.

24. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros

Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Dívida (a)	1.525.390	1.390.070	3.300.674	2.463.601
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva - vinculados	(8.052)	(11.679)	(1.335.796)	(1.4

Continuação	
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
<p>Aos Administradores e Acionistas</p> <p>Holding do Araguaia S.A.</p> <p>Opinião</p> <p>Examinamos as demonstrações financeiras individuais d Holding do Araguaia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Holding do Araguaia S.A. e sua controlada («Consolidado»), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.</p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Holding do Araguaia S.A. e da Holding do Araguaia S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB).</p> <p>Base para opinião</p> <p>Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Principais Assuntos de Auditoria</p> <p>Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.</p>	<p>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor</p> <p>A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.</p> <p>Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.</p> <p>Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.</p> <p>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p> <p>A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p> <p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.</p> <p>Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. <p>Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p> <p>Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.</p> <p>Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p>
<p>Porque é um PAA</p> <p>Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 20)</p> <p>A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia.</p> <p>Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão.</p> <p>Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.</p>	<p>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil.</p> <p>Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia.</p> <p>Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia.</p> <p>Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.</p>
<p>Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 12)</p> <p>Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 2.499.140 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários.</p> <p>A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos.</p> <p>Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego.</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.</p>
<p>Outros assuntos</p> <p>Demonstrações do Valor Adicionado</p> <p>As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>	



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

São Paulo, 15 de março de 2023

